

10%
é a média percentual aproximada da extensão de Palmas queimada durante o ano, segundo estudo do MPE

190
é o total de proprietários de terras rurais responsáveis por provocar as queimadas na Capital, aponta MPE

Palmas arde em chamas todos os anos

FOGO Quase 64 mil hectares da Capital foram queimados; MPE busca prevenção com relatório

Elaine Jardim
elaine.jardim@ojc.com.br

Todos os anos cerca de 10% da área territorial total de Palmas, de 221.900 hectares, é destruído pelo fogo. O valor corresponde a um território aproximado de 21,9 mil hectares. Nos últimos três anos, a área total de terra queimada chega a 63.716 hectares. O acumulado de área destruída nos três anos em Palmas é 13,5% maior que o distrito de Taquaruçu, que possui 46.920 hectares.

Foi constatada ainda que toda essa destruição é provocada somente por ação de 190 proprietários de imóveis rurais, dos quais 90 são reincidentes. Os dados foram apontados por um relatório técnico elaborado pelo Centro de Apoio Operacional de Habitação e Urbanismo (Caoma), do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE), coordena-

RELATÓRIO TÉCNICO DO CAOMA QUE AUXILIOU A 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MPE FICOU PRONTO EM MENOS DE 20 DIAS

do pelo procurador de Justiça José Maria da Silva Júnior.

Como sempre noticiado pelo *Jornal do Tocantins*, é comum o palmeno olhar para a Serra do Lajeado ou para a Serra de Taquaruçu e vê-las em chamas no período de estiagem. Nessa época, os hospitais lotam de pacientes com problemas respiratórios, animais silvestres são encontrados fora do seu habitat natural (muitas vezes sem vida) e a mata, que antes era verde, se torna um combustível orgânico para mais uma queimada.

O procurador Silva Júnior explica que os técnicos do Caoma acreditam que os números de incêndios na Capital tendem a aumentar. "As cicatrizes do fogo em Palmas oscilaram muito nestes três anos, predominando o maior número no período de extrema seca. Se os donos das propriedades seguirem a regra do relatório que é ter um grande número de focos de calor em um ano sim e outro não, 2018 pode ter um número ainda maior", pontua.

O objetivo do documento, explica o procurador, é quantificar a extensão da vegetação queimada na Capital nos anos citados, entre os meses de maio a setembro, período de estiagem no Tocantins, a partir de imagens de satélite e

compilação dos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Silva Júnior informou que a descoberta dos responsáveis pelos incêndios e queimadas nas áreas destacadas deu-se a partir do cruzamento de informações com os dados do Cadastro Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), do Sistema de Informação para Gestão do Cadastro Ambiental Rural (SIG-CAR), ambos do Ministério do Meio Ambiente, e do Sistema de Gestão Fundiária (Sigid) ligado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

PROVIDÊNCIAS

Preocupados com registros ainda maiores de fogo na Capital, o Ministério Público, associações de bairros e organizações sem fins lucrativos se reuniram no mês passado para discutir que caminhos e estratégias poderiam ser tomados para prevenir as queimadas em Palmas. A partir dessa reunião, o Caoma teceu o relatório, que está auxiliando na notificação dos proprietários de terras. O documento ficou pronto em menos de 20 dias.

Com esses resultados, o Caoma remeteu o documento ao promotor Pedro Geraldo Cunha de Aguiar, da 24ª Promoto-

PERIGO Grande incêndio foi registrado em uma vegetação próxima o Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues, em Palmas; fogo foi contido pela Infraero



ria de Justiça da Capital, que atua na defesa do meio ambiente, que instaurou um ofício preparatório de Inquérito Civil e está notificando os proprietários de imóveis rurais em Palmas.

Com esse ofício, o promotor orienta a adoção de providências para evitar e prevenir novas ocorrências de uso do fogo, sob pena de responsabilização nas esferas administrativa, cível e criminal.

O que é o Caoma?

O Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma) do Ministério Público Estadual do Tocantins (MPE) é composto por biólogos, engenheiros ambientais e florestal, geógrafo, assistente social, assistente administrativo e uma jornalista. Coordenado pelo procurador de Justiça José Maria da Silva Júnior, o centro possui as seguintes atribuições:

- Acompanhar as políticas nacional, estadual e municipal fixadas para a defesa urbanística, da habitação e do meio ambiente;
- Propor alteração legislativa ou a edição de normas jurídicas na área que lhe diz respeito;
- Auxiliar as 42 promotorias de Justiça do MPE na instrução de inquéritos civis ou no desenvolvimento de medidas processuais;
- Receber sugestões, reclamações e encaminhá-las aos órgãos de execução;
- Desenvolver estudos e pesquisas, criando ou sugerindo a criação de grupos e comissões de trabalho.

Donos de imóveis são notificados pelo MPE

Após receber o parecer técnico do Centro de Apoio Operacional de Habitação e Urbanismo (Caoma), o Ministério Público Estadual (MPE), por meio do promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar, da 24ª Promotoria de Justiça da Capital, atuante na defesa do meio ambiente, notificou os 190 proprietários de terras rurais que provocaram queimadas em Palmas nos últimos três anos.

A intimação dos donos dos imóveis rurais começou na semana passada e segue sendo feita por meio dos Correios, de publicações no Diário Oficial do Estado (DOE), da Guarda Metropolitana, da Polícia Militar Ambiental (BPMA) e fiscais de posturas e obras de Palmas, entre outras forças. "Ao recomendar essas pessoas faremos um monitoramento mais próximo através dos órgãos de fiscalização, como o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que estão à disposição do MPE", destaca Aguiar.

Ele enfatiza que os proprietá-



Promotor de Justiça Pedro Geraldo Cunha de Aguiar

rios podem ser autuados, pois, de acordo com a portaria do Naturatins, Nº 223, de 29 de junho, a emissão e a vigência das autorizações ambientais de queima controlada está suspensa até 30 de outubro de 2018. Qualquer queimada neste período será considerada ilegal. "Estamos olhando mais de perto. Se tivermos um incidente de início de

queimada nas áreas já notificadas, haverá um processo criminal ou cível. A depender da circunstância, trazemos essas pessoas para esclarecimento na Delegacia de Polícia Civil ou ao próprio MPE. Quando detectada a responsabilidade criminal ou cível em relação a isso, ele responderá administrativa, cível e criminalmente", esclarece.

PUNIÇÃO

De acordo com a portaria preparatória para inquérito civil, os donos dessas terras assumem sérios riscos e podem ser responsabilizados, e estão sujeitos a sanções administrativas. Também pode resultar em condenação por crime ambiental, prevista na Lei nº 9.605/98 e também no Código Penal, quando se define pela forma culposa ou dolosa, além da obrigação de reparar os danos provocados ao meio ambiente e ao patrimônio de terceiros.

Caso sejam processados e condenados, os proprietários podem sofrer penas que variam entre multas, prestação de serviços à comunidade e detenção.

Análise

Marlon Rodrigues Mesquita de Freitas, biólogo do Caoma/MPE

Impactos ao meio ambiente

As queimadas causam sérios problemas a biodiversidade e promove impactos, sociais e econômicos. Os prejuízos podem ser desde a destruição ao patrimônio, seja ele público ou privado, ou o risco à vida. A saúde é notório o número alto de internações nos hospitais ocasionado pela poluição do ar e problemas respiratórios durante o período de queimadas. A natureza percebemos o aumento das emissões de gases, afetando as populações vizinhas àquela queimada, a perda da fertilidade dos solos, a degradação dos rios devido às erosões e deslizamentos de terras devido provocada pela destruição da vegetação superficial queimada, o que altera a qualidade da água. Quando o local pega fogo, queima-se um vegetação que antes protegia e que, após a queimada, não consegue desenvolver a mesma função. A vegetação se torna "rala", tornando a o ambiente mais quente.

Além disso, a fauna sofre sérias ameaças que são muitos subestimados por nós: com os incêndios florestais os animais morrem, os que não morrem quando fogem do fogo acabam sendo atropelados nas rodovias. Muitas vezes, para se esconder do fogo, esses animais acabam se esconder na área urbana e acabam sendo mortos nas mãos do homem. Os que fogem para outras regiões, não se adaptam por ter que competir espaço com outros animais e, por isso, acabam também morrendo.

63,7

mil hectares foram queimados em Palmas por propriedades rurais nos últimos três anos, aponta MPE

21,9

mil hectares é a média de área queimada por proprietários de imóveis rurais na Capital entre os três anos, segundo MPE

222

mil hectares é o tamanho aproximado da extensão total da Capital, de acordo com dados fornecidos pelo Google Maps

Relatório técnico é piloto

Questionado pelo *JT* sobre relatório não abranger o Tocantins inteiro e somente Palmas, o procurador de Justiça José Maria da Silva Júnior, responsável pelo Centro Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma) do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE) afirma que o documento é piloto.

"O Caoma atua em todo o Tocantins, auxiliando todas as promotorias do Estado. O relatório técnico feito com os dados de satélite de Palmas é uma ação piloto que pode ser levada para outras cidades do Tocantins. A ideia é convertê-lo em um proje-

to institucional," aposta o procurador de Justiça.

DADOS MAIORES

Biólogo que atua no Caoma, Marlon Rodrigues Mesquita de Freitas afirma que os números levantados pelo centro podem ser ainda maiores, pois muitos proprietários de terras podem não estar cadastrados nos bancos de dados que foram cruzados no relatório.

Destaca-se que também existe a incidência de queimadas provocadas em áreas urbanas, que pode aumentar ainda mais o índice exposto no relatório proposto pelo Caoma, como

também registrado pelo *JT* (foto acima).

Perguntado a respeito das queimadas ocorridas no período de maio ao final de junho, época em que o Naturatins ainda permite a queima controlada sob autorização do órgão, o biólogo diz que a estatística levantada pelo relatório pode conter números de queimas controladas, no entanto, o quantitativo dessas ocorrências pode ser ínfimo. "O período de maior queima realmente é quando ela está suspensa. Quando ela é legalizada, os números não chegam a 300 hectares", afirma Freitas. (Elaine Jardim)



Procurador de Justiça José Maria da Silva Júnior

Lia Mara